

LEIA ISSO E APRENDA

SOBRE RAÇA,
CLASSE, GÊNERO,
DEFICIÊNCIA
E MUITO MAIS

BLAIR IMANI



ALTA BOOKS
GRUPO EDITORIAL

Rio de Janeiro, 2023

**PARA TODO ALGUÉM QUE JÁ FOI
TRATADO COMO NINGUÉM.**

AMOSTRA

CAPÍTULO 1

APRENDA MAIS SOBRE IDENTIDADE

Antes de iniciarmos nossa jornada, vamos começar por *você*. Quem é você? A resposta a essa pergunta tão importante é o que constitui nossa identidade. Qualquer conversa sobre identidade pode se tornar abstrata e filosófica muito rapidamente; neste capítulo, discutiremos identidade como a combinação das identidades pessoal e social.

A *identidade pessoal* é o modo como uma pessoa se vê, enquanto a *identidade social* é como os outros a veem. A identidade pessoal tem relação com o que torna você uma pessoa única, como interesses, crenças, identidade de gênero e orientação sexual. Embora a

formação da identidade esteja, de muitas formas, conectada à socialização, apenas nós mesmos somos capazes de estabelecer nossa identidade pessoal.

A identidade social, por ser ditada por aqueles que nos cercam e conectada ao conceito de pertencimento social, comumente é priorizada em detrimento da identidade pessoal em situações sociais. Embora a identidade social possa englobar algumas (ou até muitas) partes da nossa identidade pessoal, isso não é regra, pois o modo como entendemos quem somos nem sempre é o mesmo pelo qual os outros nos entendem. Por exemplo, como mulher bissexual, é comum eu ser identificada incorretamente pelos outros como mulher heterossexual. O fato de às vezes não acreditarem ou entenderem que sou bissexual não é devido a uma falha minha em ser “bissexual o suficiente”, e sim ao *apagamento bissexual*, que torna a bissexualidade tanto invisível quanto desacreditada. Nós bissexuais o somos a despeito de como os outros nos veem e não importando se estamos solteiros ou em um relacionamento. Nesse aspecto identitário, minhas identidades social e pessoal nem sempre se alinham. Estereótipos, apagamento e sistemas de opressão fazem com que muitos de nós sejam vistos de maneiras fundamentalmente desconectadas de nossas realidades pessoais. Apesar disso, nossa identidade pessoal permanece válida mesmo quando não é respeitada externamente em nossa identidade social.

Podemos entender identidade como uma flor de muitas pétalas. Pense em sua flor favorita e imagine que os componentes que formam “você” — sejam identidades pessoais ou sociais — são as pétalas dessa flor. Eu me vejo como um girassol com muitas pétalas que representam minha identidade de gênero mulher, minha orientação sexual bissexual, minha identidade religiosa muçulmana, minha identidade racializada negra, minha identidade nacional estadunidense, os idiomas inglês e espanhol que falo, meus relacionamentos, as áreas da minha carreira e meus interesses. Essas pétalas podem cair, crescer e mudar conforme vivemos, e podemos decidir ter muitas ou poucas. Com esse entendimento, podemos nos assegurar de que poucas pessoas olham uma flor e a julgam por quantas pétalas ela tem. Em vez disso, aceitamos a flor como um todo, bonita

e singular. Seja você complexa como uma orquídea ou minimalista como uma tulipa, é uma parte radiante do jardim da vida. Antes de eu começar a pensar em identidade dessa forma, considerava as pétalas de quem sou como demasiado numerosas e complexas. Ao listar as partes da minha identidade, pensava que devia apará-las um pouco — por exemplo, ao me converter ao islamismo em 2015, senti que precisava remover um rótulo identitário para dar espaço para minha nova identidade religiosa. A sociedade fez com que eu sentisse que minha identidade era muito exagerada, muito *outra*, muito diferente — mas isso não é nem um pouco verdade. Quem somos é algo real e válido, não importando se os outros nos entendem.

NOMES

Como você já sabe, meu nome é Blair Imani. Porém, talvez não saiba que meus pais me registraram Blair Elizabeth. O nome que recebemos ao nascer geralmente é chamado de “nome de batismo” ou “nome de nascença”. Em algumas comunidades, o nome que aparece nos documentos governamentais é chamado de “nome oficial”. Esse nome, que você pode considerar seu nome de batismo, nome oficial ou nome de nascença, pode ser diferente do que usa no mundo, e está tudo bem. Nomes muitas vezes são a primeira ou única coisa que as pessoas sabem sobre nós, então faz sentido que devamos gostar de nossos nomes e nos sentir confortáveis com eles. Se não é o caso, podemos mudá-los. Foi o que eu fiz! Em várias épocas da minha vida, não gostava do meu nome de nascença. Sempre gostei de “Blair”, mas “Elizabeth” nunca me agradou muito. Quando criança, era porque achava difícil soletrar Elizabeth. Depois de aprender a soletrar, porém, continuei não gostando do nome, porque para mim era nome de mulher branca. Embora o ideal seja que nomes não sejam racializados, a realidade é que costumam ser. À medida que o tempo passou, comecei a perceber que quando as pessoas leem o nome “Blair Elizabeth” não imaginam alguém como *eu*. O exemplo mais doloroso disso foi quando fui contratada por um escritório de advocacia. Fiquei surpresa porque me contrataram

direto pelo telefone. Viram meu currículo, leram meu nome e sentiram que eu era a escolha perfeita.

Quando cheguei para meu primeiro dia, na hora certa e pronta para trabalhar, esperei na recepção por uns 30 minutos. Sempre que tentava sinalizar minha presença, me garantiam que logo seria atendida. Sendo bisbilhoteira de carteirinha, logo entreouvi a recepcionista se perguntando “Onde está a tal Blair?”. Eu educadamente pigarreei e disse “Olá!”. Novamente, ela me garantiu que logo me atenderia. A recepcionista decidiu por fim ligar para a nova contratada, Blair, para ver se ela viria. Meu celular tocou. Atendi olhando nos olhos da recepcionista chocada. A empresa havia contratado alguém com muito mais “diversidade” do que o esperado. Blair Elizabeth não era, como eles haviam suposto, uma mulher branca, mas uma negra. Na verdade, descobri naquele momento que era a primeira pessoa negra a ser contratada em todas as décadas de história da empresa. *Opa!*

Como parte de nossas identidades pessoal e social, os nomes ajudam a nos distinguir do resto do mundo. Podem nos ser dados formalmente quando pequenos por nossos responsáveis, ou como apelidos por outros membros da família e amigos, e/ou podem ser escolhidos por nós mesmos. No nível mais básico, nomes são apenas agrupamentos de letras e sons associados. É claro que, na prática, raramente é simples assim. Quais e quantos nomes temos — assim como suas grafias, pronúncias e associações culturais — geralmente formam parte da nossa identidade social. Para além disso, quais nomes são legalmente aceitos ou banidos é algo que costuma ser definido por instituições como o governo. Nos Estados Unidos, as leis para nomes diferem a depender do estado. São impostos limites de caracteres para que os nomes possam ser registrados em bases de dados estatais, e leis contra obscenidades ditam quais nomes não são permitidos. Números e símbolos em nomes podem ser aceitos em certos estados e banidos em outros, e alguns aceitam números e símbolos desde que sejam soletrados (por exemplo, eu poderia chamar meu filho de Asterisco, mas na certidão de nascimento não poderia escrever simplesmente “*”). Fora dos parâmetros legais também existem os sociais para “nomes aceitáveis”. O que não é “aceitável” para

nomes tem a ver com normas e preconceitos sociais relacionados à raça, ao gênero e outros.

Você já conheceu algum Thomas chamado de “Tom”? Ou alguém que usa só o segundo nome, ou um outro nome que não faz parte de seu nome oficial ou de nascença? São os apelidos, um ótimo exemplo de como geralmente se espera que usemos — e nos sentimos confortáveis em usar — os nomes escolhidos por uma pessoa, mesmo que sejam diferentes dos nomes oficiais ou de nascença. Em contrapartida, esperamos que as pessoas nos chamem pelos nomes que escolhemos e consideramos um ato importante de respeito nos lembrarmos desses nomes e usá-los de maneira apropriada.

No meu caso, senti que meu nome de nascença tinha uma conotação com a qual eu não me identificava, então mudei “Blair Elizabeth” para “Blair Imani”. *Imani* é uma palavra que significa “fé” em suaíle, o que foi perfeito para mim, pois troquei de nome na mesma época em que me converti ao islamismo. Também me agrada ele ter cinco letras, como meu primeiro nome, e acho que soa bem, o que é importante para mim. No início, minha mãe não ficou muito feliz por eu estar usando um nome que ela não escolheu, o que foi complicado. Ela, porém, já aceitou. Meu pai acolheu bem a ideia, já que muitos dos amigos dele, durante as décadas de 1960 e 1970, mudaram seus nomes para outros que consideravam representar melhor sua herança africana. O mais importante é que amo meu nome. Se os outros aprovam ou não a mudança no meu nome — ou no nome de alguém mais —, não importa. As pessoas continuarão a exercer a autodefinição e a autonegação por diversos motivos. Sinto-me confortável em compartilhar as razões pelas quais mudei meu nome, mas outros podem não sentir o mesmo. Embora talvez tenhamos curiosidade sobre o porquê algumas pessoas adotam um ou outro nome, na verdade não é necessário saber os motivos para a modificação ou troca de um nome para respeitá-lo e usá-lo corretamente.

PRONÚNCIA

Aprender a pronunciar o nome de outras pessoas da forma mais correta que nossas habilidades nos permitem é uma parte importante do respeito à identidade delas. Ouvir seu nome ser massacrado sempre que conhece alguém novo pode ser algo muito cansativo e invalidante. Meu parceiro, Akeem, costumava adotar o apelido “Keem”, recebido na infância, que parecia ser mais fácil para os outros pronunciarem. Ele ainda precisa responder com frequência à pergunta “É *ra*-kim, *ā*-kim ou *á*-kim?” (é *ā*-kim), mas como adulto é mais fácil lidar com isso. Ele não se importa em responder à questão “Como se pronuncia o seu nome?” para as pessoas que perguntam de forma respeitosa. Fazer comentários sobre o nome de alguém ou dizer que é muito difícil é algo desdenhoso, ofensivo e desnecessário. Esforçar-se para aprender como pronunciar adequadamente o nome de outras pessoas é uma excelente maneira de mostrar que as respeitamos e que nos importamos com elas.

Uma forma de aprender mais sobre a pronúncia de nomes é lembrar que não existem “nomes difíceis” ou “nomes fáceis”. Existem apenas nomes com os quais você tem familiaridade e nomes que ainda não conhece — e certamente há mais no último grupo do que no primeiro. Quando conheço alguém com um nome com o qual nunca me deparei, dedico um tempo para aprendê-lo. Se estou me comunicando com alguém verbalmente, peço que repita o nome se não entendi de primeira. Quero me certificar de que não estou trucidando seu nome e, com isso, desrespeitando a pessoa. Costumo ser capaz de imitar os sons que outras pessoas fazem, mas nem todos podem ouvir ou falar. Se você tem uma deficiência auditiva ou de fala, pronunciar o nome de alguém quando o comunicam a você pode representar uma dificuldade ou não ser possível, mas está tudo bem (vamos analisar o capacitismo e as deficiências no capítulo 4). Às vezes eu aprendo melhor quando algo está escrito, então posso pedir para a pessoa soletrar o nome. Cada um aprende de forma diferente, e devemos decidir o que funciona melhor para nós. Muitas vezes constatei que pessoas com nomes singulares já têm pronta uma

forma rápida de aprender por meio de rima com uma palavra mais conhecida. Se sinalizarem que você pronunciou o nome de maneira incorreta, agradeça por lhe avisarem, peça que repitam o nome em voz alta e siga em frente. Como disse a mãe da atriz Uzo Aduba, “se eles são capazes de aprender a pronunciar Tchaikovsky, Michelangelo e Dostoiévski, podem aprender Uzoamaka”.

GÊNERO

Muitos nomes têm significados ou conotações de gênero, que podem variar nos mesmos ou em diferentes contextos e comunidades. Meu primeiro nome, Blair, é considerado por muitos como tendo gênero neutro, parte do motivo pelo qual meus pais o escolheram. Nomes femininos, masculinos e neutros podem moldar ou expressar outros elementos de nossa identidade pessoal, como a identidade e a expressão de gênero (falaremos mais sobre isso no capítulo 6). Associações de gênero em nomes diferem muito entre culturas e comunidades — por exemplo, nos Estados Unidos o nome “Sasha” pode ser considerado feminino, enquanto na Rússia ele pode ser tido como masculino.

Se uma pessoa não se identifica com o gênero associado a seu nome, pode trocá-lo para um que melhor afirme seu gênero. Para meu amigo Milo, escolher um nome mais alinhado à sua identidade de gênero foi parte importante de sua transição. Quando as pessoas em sua vida começaram e continuaram a usar o nome correto, ele se sentiu validado e respeitado por elas. Por outro lado, quando apresentaram dificuldades para aprender e usar esse nome, ele se sentiu desrespeitado, embora soubesse que em alguns casos era um erro genuíno. Apesar de ser natural cometer erros, especialmente ao aprender algo novo, intenção e impacto não são a mesma coisa, e erros podem ainda assim ser nocivos. A pessoa tendo ou não a *intenção* de nos desrespeitar não muda o sentimento de sermos desrespeitados.

NOMES MORTOS

Quando uma pessoa muda o nome como parte do processo de afirmação de gênero, seu nome anterior muitas vezes é chamado de “nome antigo” ou “nome morto”, e geralmente é ofensivo usar ou perguntar o nome morto de alguém. Meu antigo nome, Blair Elizabeth, não seria considerado meu nome morto, pois sou cisgênero e não o alterei como parte de afirmação ou transição de gênero. A abrangência da transfobia e a falta de conhecimento geral sobre a diversidade de gênero resulta em muitos se recusarem a usar o nome correto de uma pessoa transgênero ou não binária, prática chamada de *deadnaming* (usar nome morto). Quem faz uso dessa prática pode não se importar em chamar um amigo cisgênero de “Harry” em vez de “Harold”, mas sob o manto da transfobia, pode afirmar que acha totalmente absurdo usar o nome correto e atual de uma pessoa trans, não binária ou gênero-atípica. Isso não só é errado como extremamente desrespeitoso e nocivo para o senso de identidade de uma pessoa. Indivíduos que usam esses nomes mortos também podem forçar as pessoas a dizerem seus “nomes de verdade” (querendo dizer o nome morto), mas o verdadeiro nome de uma pessoa é o que ela usa atualmente.

Tudo o que você precisa saber sobre o nome de alguém é o que compartilham com você. O modo de evitar o *deadnaming* e o desrespeito é aprender sobre a transfobia, o que faremos no capítulo 6, e sempre usar — sem questionar — o nome de uma pessoa como ela disser. Fim da história. Isso serve para pessoas que você não conhece, assim como para as que já conhece e que podem ter mudado o nome ou estão usando agora um nome diferente. Se alguém lhe disser que está usando um nome diferente do de antes, esforce-se para se lembrar disso e sempre use o nome atual. Se por engano você usar o nome anterior ou nome morto, geralmente é melhor pedir desculpas breves e mudar de assunto. Entenda que dizer “sinto muito” nem sempre significa que um pedido de desculpas vá ser ou deva ser aceito imediatamente, especialmente se o mesmo erro ou dano for repetido. Unir um pedido de desculpas com uma afirmação de

intenção é uma excelente maneira de demonstrar respeito e confiança. Em vez de dizer “sinto muito”, pode dizer, por exemplo, “sinto muito, sei que seu nome é Lucy, vou me esforçar para acertar, pois quero que saiba que eu a respeito”. Tente não se desculpar demais. As desculpas em excesso ocorrem quando nossa preocupação aguçada em não ofender ou magoar alguém acaba sendo em si danosa. Evite que o foco da situação seja o quão mal *você* se sente. Fazer isso se chama “centralizar seus sentimentos”, e pode tirar a atenção da pessoa a qual você pode ter ofendido ou desrespeitado (veja a página 52 para mais dicas de como pedir perdão).

Tenha em mente que uma pessoa pode dar permissão para usar seu nome antigo ou morto quando fizer referência a ela em um momento anterior à mudança de nome, mas isso depende do indivíduo. Por exemplo, se você tem uma amiga de infância que conhecia por um nome, mas que agora se chama “Diana”, ela pode se sentir respeitada se você se referir a ela como Diana mesmo quando estiver falando do passado, quando ela ainda não usava esse nome. Ou a Diana pode não se importar se você usar o nome dela de infância quando estiver se referindo ao passado. Todo mundo é diferente. Na dúvida, e dependendo da sua relação com a pessoa, é melhor perguntar respeitosamente o que fazer, mas tendo o cuidado de evitar partir de uma posição autoritária ao perguntar sobre detalhes pessoais da vida de alguém, como nomes que podem ter sido usados anteriormente.

NOMES E PRECONCEITO

Um nome ser “comum” ou não muitas vezes depende do que você considera “comum”, algo extremamente subjetivo. Nos Estados Unidos, *Mary*, *John*, *Michael* e *Joseph* estiveram entre os nomes mais populares por décadas, graças à influência do cristianismo, pois todos esses nomes aparecem na Bíblia. Em países onde se fala espanhol, os nomes *Maria*, *Juan*, *Miguel* e *José* são igualmente comuns, pelo mesmo motivo. O nome *Jesus* (pronunciado “re-zúz”) também é muito popular em países hispanofalantes, mas *Jesus* (pronunciado “djí-zás”) não é tão popular em países anglófonos.

Durante a chamada, na escola, é comum que os professores perguntem aos alunos por qual nome gostariam de ser chamados em sala de aula (o ideal seria isso acontecer por e-mail antes das chamadas, para não haver momentos constrangedores nos quais o nome que alguém não usa é lido em voz alta, podendo deixar tal estudante com vergonha). Isso acontecia com frequência quando eu estava no ensino fundamental; meus amigos taiwaneses tinham seus nomes em mandarim nos documentos da escola e usavam o que descreviam como seus nomes americanos em sala de aula. Isso é muito comum, embora as razões para essa prática mudem de acordo com a pessoa. Em alguns casos, pode ser para ajudar o aluno a se conectar e desenvolver um senso de pertencimento a uma cultura dominante, e, em outros, pode ser para evitar que professores e colegas pronunciem o nome errado, ou para evitar xenofobia ou racismo. Usar outro nome, é claro, não é garantia de escapar do preconceito, mas os indivíduos têm direito a fazer as próprias escolhas — e até mudar de ideia — sobre seus nomes. Talvez nunca saibamos por que alguém usa determinado nome, e saber não é um direito nosso.

Os preconceitos e suposições sobre nomes diferentes têm consequências, em especial quando tais nomes indicam que a pessoa está fora da cultura dominante. Um estudo sobre o assunto constatou de forma sistemática que, em currículos, nomes que parecem pertencer a pessoas brancas têm mais chances de receber resposta do que aqueles que aparentam ser de pessoas negras ou asiáticas. Além de mudar o nome para um que pareça ser de uma pessoa branca, candidatos a empregos muitas vezes também removem de seus currículos quaisquer indícios de raça, incluindo filiação a clubes ou trabalho em organizações que atendem sobretudo a pessoas racializadas. Esses “currículos branqueados” consistentemente recebem mais retornos do que aqueles que melhor refletem o contexto cultural ou racializado de um indivíduo. Meu pai, DeWalt, costumava colocar o nome *Walter* no currículo e em candidaturas de trabalho para evitar o racismo contra negros que acompanhava seu nome, e ele confirmou, de forma anedótica, que os currículos nos quais usava o nome *Walter* recebiam mais retornos do que aqueles em que ele usava *DeWalt*, apesar de essa ser a única diferença nos currículos.

O problema do preconceito baseado em nomes não é os nomes em si, mas os sistemas racistas, classicistas e xenofóbicos que impedem que pessoas com nomes não eurocêntricos sejam tratadas, entendidas e contratadas de forma igualitária. Nomes são apenas agrupamentos de letras e sons com os quais nos chamamos, e ninguém deveria se sentir no direito de julgar ou ter preconceito contra uma pessoa com base neles.

SOBRENOMES

Quando eu era criança, meu pai brincou que não tinha nome do meio porque sua família não tinha dinheiro para isso, então passei boa parte da minha infância crendo que era necessário pagar para ter mais nomes. Quando perguntei por que o nome do meio do meu irmão era o mesmo primeiro nome do meu pai, ele me disse que foi para não precisar comprar outro (leitores, essa é uma clássica piada boba de pai, sem base em fatos históricos). Na verdade, nomes do meio são comuns em certas culturas e não em outras. O mesmo vale para sobrenomes. Na Indonésia, é habitual pessoas comuns terem apenas um nome, ou monônimo. Nos Estados Unidos, embora haja pessoas popularmente conhecidas por monônimos, como a Cher ou o Common, a lei determina que todos os cidadãos precisam ter nome e sobrenome.

São muito diversas as formas pelas quais recebemos nossos sobrenomes. O meu veio do meu pai. Um sobrenome que vem do pai é chamado *patronímico*, e nos EUA sobrenomes patronímicos são extremamente comuns. Antes da década de 1970, eles eram obrigatórios em alguns estados, mas isso mudou após muitas contestações serem feitas a essa lei arcaica e abertamente patriarcal. Grupos familiares são muito diversos, e nem todos têm um pai como parte da família, então é importante lembrar que essa não é a melhor ou a única forma de se passar sobrenomes. Todos no meu núcleo familiar têm o mesmo sobrenome. Assim, podemos chamá-lo de “nome da família”, porque é o sobrenome que todos temos. Também é comum que pessoas tenham sobrenomes diferentes do resto da família, seja

devido à adoção, ao casamento, a decisões pessoais ou a outras circunstâncias individuais. Aprender mais sobre sobrenomes significa reconhecer que as famílias variam, tendo diferentes formações e tradições e tomando decisões diversas (aprenderemos mais sobre isso no capítulo 2).

Abordagens históricas eurocêntricas costumam afirmar que a população da Inglaterra no século XI foi a primeira a usar sobrenomes, porém nomes referentes a famílias e clãs eram usados em culturas como a do Japão antigo desde pelo menos os anos 300 EC. Um sobrenome pode indicar o histórico familiar ou a ancestralidade de um indivíduo, a comunidade de origem, a região de origem, o contexto religioso e a associação a um grupo étnico ou uma tribo. Nomes como *Smith*, *Cooper* e *Fisher* são sobrenomes em inglês associados às profissões de ferreiro, toneleiro e pescador, respectivamente, e em geral estão de alguma forma conectados a uma ancestralidade europeia. Nomes associados a ocupações não são exclusivos da língua inglesa, no entanto — tanto o sobrenome italiano *Pescatore* quanto o holandês *Visser* significam “pescador” e se relacionam a essa profissão. Na Islândia e em outras culturas escandinavas, um sobrenome pode seguir uma convenção de nomeação patronímica. Se um pai se chama Jón, seu filho pode ter o sobrenome Jónsson, enquanto sua filha terá o sobrenome Jónsdóttir, e seu descendente não binário o sobrenome Jónsbur. A inclusão de *-bur* como um sufixo não binário de sobrenome começou em 2019, o qual significa “prole de” em vez de “filho de” (*-son*) ou “filha de” (*-dóttir*).

As convenções europeias para nomes não são as únicas ou as melhores, apesar das alegações eurocêntricas. O povo iorubá, por exemplo, que forma uma maioria étnica na Nigéria, tem práticas singulares de nomeação. O linguista e educador nigeriano Kólá Túbòsún pesquisou e registrou de forma meticulosa sobrenomes tanto iorubás quanto de outros grupos étnicos na Nigéria, incluindo os povos Igbo e Hausa. O próprio sobrenome completo de Túbosún (Ọlátúbòsún) significa “o sucesso continua em expansão”. Há muitos sobrenomes comuns entre povos iorubás, como *Adebayo*, *Ojo* e *Ogunade*, que também podem ser escritos usando acentos tônicos, como em *Adébáyò*, *Òjọ*, e *Ògúnadé*. Indivíduos com esses

sobrenomes podem compartilhar a mesma ancestralidade na diáspora africana, mas nem sempre.

Nos Estados Unidos, os sobrenomes de muitos negros estadunidenses estão conectados ao trabalho forçado de nossos ancestrais escravizados, considerados “bens móveis” no período escravocrata. Os escravizados raramente tinham qualquer arbítrio para escolher seus nomes. Meu ancestral, Cato Bobo, não teve escolha quanto a seu sobrenome, que veio de seus escravizadores na Fazenda Bobo e imposto a todos lá escravizados. O nome de Cato Bobo refletia o fato abominável de ele ter um dono e ser tratado como propriedade. Provavelmente sua mãe nem pôde escolher seu primeiro nome sem a “permissão” de seus donos. Hoje, tradicionalmente, muitos negros estadunidenses têm sobrenomes que “soam europeus” pois nossos ancestrais sofreram a desumanidade da escravidão na mão daqueles com esses sobrenomes. Em alguns contextos esses nomes são chamados de “nomes de escravo”, mas esse termo é muitas vezes usado de forma pejorativa e deve ser evitado na maioria dos contextos. No fim da Guerra Civil, os sobrenomes Freedman, Freedmen e Freeman* tornaram-se populares entre os recém-libertos, pois representavam uma rejeição ao passado escravizado e um futuro no qual a liberdade era a característica definidora. Muitos, como Cato Bobo, não mudaram seus sobrenomes ao serem libertados. Não por se sentirem confortáveis com a conexão entre seus sobrenomes e a escravidão, mas porque, para vários descendentes de escravizados, esses sobrenomes eram uma forma de rastrear sua descendência, reconectar-se com suas famílias e ser encontrados por elas após a emancipação por meio dos chamados registros de escravos. Depois da Reconstrução, continuou a ser comum entre os negros estadunidenses mudar o sobrenome e criar ou escolher novos com conexões à sua herança africana. Um exemplo proeminente disso são as tradições da Nação do Islã que encorajavam os fiéis a rejeitarem seus “nomes de escravos” e a substituírem seus sobrenomes por um X, que significava o fato de a escravidão os ter impedido de conhecer seus nomes reais de família. O pan-africanista e ativista pelos direitos humanos El Hajj Malik El Shabazz, ainda popularmente conhecido como Malcom X, é um proeminente negro estadunidense que seguiu essa prática.

* Em português, esses sobrenomes significam “homem(ns) liberto(s)”. [N. da T.]